

DESPACHO

Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto nos artigos 13.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, tendo presente a necessidade de prover um dos lugares de subdirector-geral da Administração da Justiça, e considerando que a súmula curricular é demonstrativa da competência técnica, aptidão, experiência e formação profissional adequadas ao exercício do referido cargo, nomeio a mestre **Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento** para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirectora-geral da Administração da Justiça.

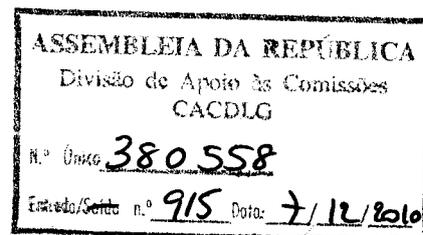
O presente despacho produz efeitos a 6 de Dezembro de 2010.

O Ministro da Justiça

**Alberto de
Sousa
Martins**

Assinado de forma digital por
Alberto de Sousa Martins
DN: cn=Alberto de Sousa
Martins, c=PT, o=Ministério da
Justiça, ou=Gabinete do Ministro
da Justiça
Dados: 2010.12.06 20:47:27 Z

Alberto Martins



Nota Curricular

I - Dados Pessoais

Nome: Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento

Naturalidade: Lisboa

Data de nascimento: 18 de Outubro de 1957

2 – Formação académica

- Mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

3 – Carreira profissional e cargos relevantes

- Subdirectora-Geral da Administração da Justiça, desde 18 de Dezembro de 2009.
- Deputada à Assembleia da República na X Legislatura. Membro das Comissões Parlamentares de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e de Ética, Sociedade e Cultura. Membro das subcomissões parlamentares de Direitos Fundamentais e Comunicação Social e da Administração Interna. Coordenadora do grupo de trabalho – Regime das Contra-ordenações.
- Integra o quadro de pessoal na carreira técnica superior (assessora) da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).
- Direcção superior de 1.º grau (Directora – Delegada) dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo (2001-2005).
- Direcção intermédia de 1.º grau (Directora de Serviços) do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de Departamento de Recursos Humanos da Saúde (2000-2001).
- Chefe de Projecto do Programa Integrado de Formação Profissional para a Administração Pública (PROFAP), na dependência directa do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, com o objectivo de gerir, acompanhar e fiscalizar os apoios financeiros de co-financiamento comunitário, FSE e FEDER, à Administração Pública (1997-2000).
- Coordenadora das mesas negociais (Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa), respectivamente de “Emprego Público/Emprego Precário”, “Horário e Duração de Trabalho”, “Formação Profissional na Administração Pública” e da *taskforce* relativa ao levantamento das situações precárias existentes na Administração Pública, (1996-1997).
- Assessoria jurídica de apoio à gestão e formadora interna no Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e no Instituto de Reinserção Social (IRS), respectivamente.
- Formadora interna em diversas áreas jurídico-fiscais e colaboradora na elaboração de textos jurídicos de apoio à formação na Direcção-Geral da Contribuições e Impostos (DGCI).

4 – Outras habilitações académicas e profissionais

- Doutoranda em Estudos Europeus na dominante políticas públicas, pela Universidade Católica Portuguesa.

- Pós – Graduada em Contencioso Administrativo.
- Pós – Graduada em Direito da Comunicação.
- Licenciatura em Direito na menção jurídico – económicas.
- Inscrita na Ordem dos Advogados, com a actividade suspensa.
- Diversos cursos de curta ou média duração, em especial nas áreas de gestão de recursos humanos e liderança, de informática e em novos domínios do Direito e das Ciências Sociais.

5 – Actividades paralelas ou complementares

- Docente em pós-graduações e cursos (superiores) de especialização nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito da Saúde.
- Colaboradora do Instituto Nacional de Administração (INA), na formação de quadros superiores e quadros técnicos da Administração Pública, em contratação pública e no regime jurídico aplicável aos trabalhadores.
- Membro efectivo eleito pela Assembleia da República, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
- Membro suplente eleito pela Assembleia da República, do Conselho Superior do Ministério Público.
- Membro de Comissões e grupos de trabalho em representação dos diversos ministérios.
- Palestrante em diversos Seminários e Congressos no âmbito da Administração Pública e da actividade parlamentar.
- Autora do manual *Regime Jurídico da Função Pública* (Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1991) e do manual *Código do Procedimento Administrativo* (Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1992).
- Autora e co-autora de artigos técnicos do foro jurídico publicados em imprensa escrita.

6 - Louvor

- Louvor do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa do XIII Governo Constitucional (1998).

Bohismo - a = CSC 11/11/2010
172 17/11/2010
Ul



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto nos artigos 13.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, tendo presente a necessidade de prover um dos lugares de subdirector-geral da Administração da Justiça, e considerando que a súpula curricular é demonstrativa da competência técnica, aptidão, experiência e formação profissional adequadas ao exercício do referido cargo, nomeio a licenciada **Maria Manuel Correia Martins Batalha** para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirectora-geral da Administração da Justiça.

O presente despacho produz efeitos a 6 de Dezembro de 2010.

O Ministro da Justiça

Alberto de
Sousa
Martins

Assinado de forma digital por
Alberto de Sousa Martins
DN: cn=Alberto de Sousa
Martins, o=PT, ou=Ministério da
Justiça, ou=Gabinete do Ministro
da Justiça
Serial: 2010.12.06.20:46:52 Z

Alberto Martins

Síntese curricular

Dados biográficos

Maria Manuel Correia Martins Batalha, nascida em 16. 11. 1971, natural de Lisboa, casada, 3 filhos.

Habilitações académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa no curso de 1990/1995, com média final de 14 valores.

Outras habilitações

Pós-graduação em Estudos Penitenciário pela Universidade Católica Portuguesa no ano lectivo de 2004/2005, com classificação final de 17 valores.

Frequência, no âmbito do Programa “ERASMUS”, do curso de pós-graduação em Direito Europeu da Universidade Católica de Louvain (Bélgica) no curso de 1995/1996, com média curricular de 15 valores.

Formação profissional recente

Curso Avançado em Gestão Pública – CAGEP (INA, Março a Abril 2010)

Formação em *Balanced Scorecard* (INA, Março de 2009).

Formação no novo regime da contratação pública (INA, Janeiro de 2009).

Formação em auto e hetero-avaliação do desempenho de serviços na Administração Pública (INA, Outubro de 2008).

Experiência profissional

Em 3 de Abril de 2009 foi nomeada Subinspectora-Geral dos Serviços de Justiça.

Entre Dezembro de 2001 e Abril de 2010 exerceu funções de inspectora da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, com funções de participação e coordenação de acções inspectivas, de instrução de processos com origem em queixas, sobre os serviços integrados no Ministério da Justiça ou que funcionam no seu âmbito.

Entre Outubro de 1998 e Dezembro de 2001 foi assessora do Provedor de Justiça.

Fez estágio de advocacia entre Setembro de 1996 e Outubro de 1998, sendo admitida na Ordem dos Advogados em 1998, com inscrição suspensa desde essa data, em virtude das funções que passou a exercer.

Resolução n.º 12/2010
L.º 2, 7/12/2010
Ue



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESPACHO

Obtida autorização do Conselho Superior da Magistratura, e nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, é nomeado Director-Geral da Administração da Justiça, em comissão de serviço, o licenciado **António Pedro de Lima Gonçalves**, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidencia o respectivo curriculum, publicado em anexo ao presente despacho.

O nomeado pode exercer a opção consagrada no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2010.

O Primeiro-Ministro

Assinado de forma digital por José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
DN: cn=José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, o=PT, ou=Presidência do Conselho de Ministros, ou=Cabinete do Primeiro-Ministro
Cades: 2010.12.06 19:45:00 Z

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

O Ministro da Justiça

Alberto de
Sousa Martins

Assinado de forma digital por Alberto de Sousa Martins
DN: cn=Alberto de Sousa Martins, o=PT, ou=Ministério da Justiça, ou=Cabinete do Ministro da Justiça
Cades: 2010.12.06 19:58:46 Z

Alberto de
Sousa Martins

Alberto Martins

Nota curricular

Dados biográficos

Nome: António Pedro de Lima Gonçalves

Categoria: Juiz Desembargador

Data de nascimento: 27 de Julho de 1954

Naturalidade: Guimarães

Habilitações académicas

Licenciatura em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Outras habilitações

I Curso Normal de Formação de Magistrados Judiciais

Centro de Estudos Judiciários – 1980-1981

Frequência do II Curso Jurídico de Regulação Económica (CSM/FDUL, 2006-2007)

Frequência de Cursos de Pós-Graduação em:

Direito da Sociedade da Informação (FDUL, 2006)

Direito da Sociedade da Informação (FDUL, 2007)

Direito da Bioética e da Medicina (APDI/FDUL, 2008)

Propriedade Industrial (APDI/FDUL, 2008)

Percurso profissional:

Auditor de Justiça, de Outubro de 1981 a Setembro de 1982, na comarca de Montemor-o-Velho

Juiz de Direito, de 28 de Outubro de 1982 a 13 de Setembro de 1998, nas comarcas de:

Coimbra (em regime de estágio, desde 28 de Setembro de 1982 a 26 de Outubro de 1982),

Montemor-o-Velho (em regime de estágio, desde 2 de Outubro de 1982 a 4 de Maio de 1983),

Armamar (desde 5 de Maio de 1983 a 27 de Setembro de 1984),

Penacova (desde 28 de Setembro de 1984 a 29 de Setembro de 1985),

Santarém (desde 30 de Setembro de 1985 a 28 de Janeiro de 1988),

Lisboa (Juízos Cíveis) (desde 29 de Janeiro de 1988 a 13 de Setembro de 1998)

Juiz Desembargador, desde 14 de Setembro de 1998, sendo no:

Tribunal da Relação de Lisboa (como auxiliar – desde 14 de Setembro de 1998).

Tribunal da Relação de Évora (efectivo desde 14 de Setembro de 2000 a 12 de Setembro de 2003).

Tribunal da Relação de Lisboa (desde 13 de Setembro de 2003)

Outros cargos/funções

Juiz formador nas comarcas de Santarém e Lisboa.

Inspector judicial desde 4 de Novembro de 1998 a 3 de Novembro de 2006.

Membro do Grupo de Trabalho com vista à informatização da jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa desde 1 de Janeiro de 2008.

Inspector - Geral dos Serviços de Justiça, desde 13 de Março de 2009.

Vária

Actividade de conferência, no âmbito da formação inicial e complementar, no Centro de Estudos Judiciários, subordinada aos temas:

Em Direito Civil e Direito Processual Civil: «Concurso de Credores e Verificação de Créditos»; «Ética e Deontologia Profissional»